

ANÁLISE DO DISCURSO E DECOLONIALIDADE:

possibilidades e limites de reflexões sobre gêneros e sexualidades nos currículos

Eixo Temático 17 - Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade na Formação Docente

John Jamerson da Silva Brito ¹
Raimundo Nonato de Pádua Câncio ²
Witembergue Gomes Zapparoli ³

RESUMO

A Análise do Discurso (AD) é um campo teórico/metodológico importante para a compreensão de como os discursos são produzidos e em quais contextos eles nascem, e nesse sentido a decolonialidade corrobora ao decolonizar determinados conceitos possibilitando uma compreensão de como os mesmos foram produzidos. Sendo assim, o presente trabalho visa apresentar/problematizar possibilidades e limites de reflexões ao utilizar a análise do discurso e decolonialidade para refletir sobre o debate de gêneros e sexualidades nos currículos. A pesquisa pauta-se em reflexões bibliográficas utilizando-se de artigos, livros e dissertações. Ao final entende-se que os limites existem no que tange a metodologia, mas são pequenos comparados aos ganhos epistêmicos que se tem ao trabalhar com essas duas opções teóricas/metodológicas para a compreensão dos discursos produzidos nos currículos sobre gêneros e sexualidades.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Decolonialidade; Gêneros e Sexualidades.

¹ Pedagogo pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA e Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas – PPGFOPRED/UFMA, campus Imperatriz, john.jamerson@discente.ufma.br;

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará – UFPA e Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Formação Docente e Práticas Educativas - PPGFOPRED/UFMA, campus Imperatriz. Professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins - UFT, nonato.cancio@mail.uft.edu.br;

³ Professor Orientador: Doutor em Letras pela Universidade Federal do Tocantins – UFT e Professor do Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas – PPGFOPRED/UFMA, campus Imperatriz, wzapparoli@hotmail.com;

Apontamentos iniciais

Caminhar a partir de uma perspectiva que parta da decolonialidade como ancoragem teórica/metodológica é extremamente complexo, pois envolve diversas questões que são necessárias serem levadas em consideração para não haver conflitos teóricos. Iniciamos então o texto pontuando isso, pois é necessário destacar que esse presente trabalho visa apresentar possibilidades e limites de discussão das questões de gêneros e sexualidades a partir da decolonialidade aliada com a Análise do Discurso - AD.

Explicitando isso, é então importante destacar que apesar do surgimento das principais discussões da Análise do Discurso serem de origem europeia, nosso diálogo se dará por meio de uma reflexão a partir de como que essa abordagem teórica/metodológica pode contribuir para o debate das questões subalternizadas a partir de uma análise do contexto e das produções dos discursos de maneira geral.

Nesse sentido, é necessário situar o local de fala ao qual parto enquanto primeiro autor deste trabalho, para que a valorização das discussões aqui empreendidas seja entendida de forma mais coerente. Sendo assim, parto de um local, enquanto sujeito homossexual, que ao longo de sua trajetória foi interpelado e assujeitado por diversos discursos ideológicos e normativos de controle e de dominação, que buscavam e ainda buscam enquadrar nos padrões sociais vigentes (LUGONES, 2014; PARAÍSO, 2015).

Portanto, ao longo desse trabalho iremos dialogar com algumas dessas questões, para que a partir da análise do discurso e das reflexões decoloniais, possamos compreender quais os limites e possibilidades de se discutir as questões de gêneros e sexualidades nos espaços escolares e em especial no currículo, pois compreendemos que o mesmo é um local de reprodução de discursos padronizadores (APPLE, 1989; SACRISTÁN, 2013).

Utilizamos de revisão bibliográfica a partir de textos que versam sobre as temáticas aqui elencadas, de forma a dialogar com os/as autores/as. A escolha se deu a partir da consonância teórica que possibilitou o diálogo com os mesmos. Tendo primeiramente sido realizada a leitura partilhada de todos, e em seguida o diálogo a partir das ideias que nos propomos com a presente pesquisa.

O trabalho está organizado além dos Apontamentos iniciais e finais, em três seções. A primeira irá apresentar brevemente sobre a análise do discurso e a decolonialidade e seus aspectos conceituais e históricos, a segunda será discutida como a AD e a decolonialidade podem contribuir para o entendimento e a reflexão da produção de discursos normativos sobre gêneros e sexualidades, e na última seção será discutida como esses discursos se reproduzem

no currículo, e quais as possibilidades de compreensão a partir da AD e da decolonialidade no espaço escolar.

A Análise do Discurso e a Decolonialidade: breve conceituação

Nosso trabalho versa a partir de leituras bibliográficas de autores e autoras que dialogam por meio da AD e decolonialidade questões referentes as discussões empreendidas no campo de estudos dos gêneros e sexualidades. A AD que nos referimos aqui, parte de uma ideia mais de Michel Pêcheux, enquanto os estudos decoloniais nos aproximamos mais de María Lugones ao explorar o conceito da colonialidade do gênero.

A Análise do Discurso como o próprio nome sugere, apresenta uma análise profunda do discurso, mas não apenas dele em si, mas como o mesmo é produzido e quais os contextos que isso ocorre, trazendo todos os aspectos históricos, sociais e culturais, além de apresentar quem são os/as sujeitos/as que o produzem.

Sua maior expressividade apresenta-se a partir dos anos 50, enquanto disciplina e campo de análise. Um dos principais nomes que precisamos lembrar e sempre citar ao falarmos de discurso é Ferdinand Saussure, que trouxe importantes contribuições para a compreensão da língua e da linguística. Entretanto, nós iremos nos ater ao conceito proposto por Mikhail Bakhtin, ao qual a língua é um fator social, e não podemos analisa-la sem considerar isso (BRANDÃO, 2004).

Nesse sentido, nos ancoraremos nessa ideia de discurso, a partir da produção e da análise por meio dos contextos históricos, culturais e sociais ao qual eles são produzidos, e, portanto, carregam consigo as ideologias vigentes que são influenciadas por meio deles.

Sendo assim, é necessário entendermos o que é linguagem, para que possamos entender melhor sobre a AD. Na perspectiva moderna que nos filiamos da AD, entendemos a linguagem como constructo social, por meio da interação, e da construção coletiva com o outro, pois a linguagem não pode ser construída de forma isolada, já que ela surge da necessidade da comunicação (BRANDÃO, 2004).

A linguagem então é formada a partir da sociedade e das relações que são estabelecidas de forma necessária nela, conforme Nogueira (2001, p. 20) pontua “Esta visão social da linguagem, de que falar é “fazer algo”, é importante, já que as práticas discursivas são genuínas práticas sociais situadas num espaço interhumano e têm efeitos concretos sobre a vida social e cultural”. Portanto, o que nos interessa nessa perspectiva é compreender como a linguagem se constitui enquanto construção social, a partir das práticas sociais que são gestacionadas pelas pessoas.

Os sujeitos então são atravessados pela linguagem, e essa linguagem não é construída de forma neutra, mas em uma determinada realidade, que possui seu próprio contexto cultural, social e político “Chegando ao nível da construção de sentidos por sujeitos atravessados tanto pelo inconsciente quanto pela história e ideologia”. (MUNIZ; VEDOVATO, 2020, p. 119), e essa ideologia então em nossa concepção, é uma ideologia carregada de sentidos que são gerados por todas as pessoas que fazem parte dessa sociedade em que a língua e em consequente a linguagem surgem (BRANDÃO, 2004).

Sendo assim, a AD é importante para a compreensão de como os processos sociais e culturais formam a língua e a linguagem e geram por fim determinados discursos carregados de ideologias e ideias que são propagadas e às vezes postas como inexoráveis. Dessa maneira, nós compreendemos a importância de se trabalhar a partir dessa perspectiva da AD, mas para além, nos filiando também aos estudos decoloniais, que nos permitem desvelar e desconstruir os discursos a partir de uma visão colonial de construção.

Antes de adentrarmos nos estudos decoloniais, precisamos primeiramente entender sobre a Colonialidade e qual seu papel na produção dos discursos, nesse sentido recorremos a Aníbal Quijano (2010, p. 73): “A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo”.

A colonialidade então é um resquício do que a colonização provocou nos países e nos povos que sofreram esse processo, ao qual são classificados e hierarquizados a partir de uma visão eurocêntrica que põe o homem branco como o superior as demais pessoas, e nesse momento acrescentamos a categoria gênero a partir de María Lugones (2008, 2014), que nos faz refletir de forma interseccional essa violência ganha outros ares a partir da raça e do gênero como formas primeiras de hierarquização e classificação social (LUGONES, 2008).

Dessa forma Quijano nos mostra que após os domínios coloniais os pensamentos e violências coloniais se perpetuam e são apenas atualizados a cada período, sendo utilizados como forma de dominação por estados e sociedades pautadas no Capitalismo, utilizando dos marcadores sociais (raça, gênero e classe) como justificativas para essas hierarquizações sociais (WALSH, 2005). E a partir desse conceito surge o de decolonialidade (WALSH, 2005) ao qual marcou o início de um processo de diversos/as teóricos/as acerca da decolonização de discursos e atitudes que perpetuamos ao longo do tempo.

Decolonizar (WALSH, 2005) é buscar outras formas e estudos que possam fugir dessa Colonialidade e de nossa subordinação para com a Europa e o Norte Global, questionar discursos e formas culturais que nos são impostas e legitimadas como naturais, mas na realidade

partem de uma violência extrema desde o período colonial e que resistem até os dias de hoje, de outras formas, mas que são frutos dessa colonialidade (LUGONES, 2008, 2014; QUIJANO, 2010).

Tensionamentos sobre AD e Decolonialidade no campo de estudos de gêneros e sexualidades

Nesse momento adentraremos agora no debate acerca das questões de gêneros e sexualidades vistas à luz da óptica da decolonialidade e da AD. Partindo então desses pressupostos, trabalhamos a partir da ideia da colonialidade de gênero (LUGONES, 2008, 2014), ao qual a partir da primeira modernidade é determinada sobre as pessoas e sujeitas por meio de regras socialmente impostas por meio de ideias dicotômicas de gêneros.

A visão ocidental traz a ideia de dois sexos únicos e estáveis, o masculino e o feminino, o macho e a fêmea. E ainda, impõe o discurso de que o homem/macho é a perfeição, a estabilidade, enquanto a mulher/fêmea é a imperfeição, a deformação do macho (LUGONES, 2014). Sendo assim, podemos então pensar que isso pode ser um dos motivos que decorrem na subalternização da mulher na atual sociedade, sendo então um dos pontos da colonialidade de gênero.

Nesse mesmo sentido, pensar então a partir da ideia de que tudo aquilo que é feminino, e é visto a partir desta óptica é colocado então como subalterno, inclusive as profissões consideradas femininas, homens que possuem traços considerados femininos e todas as coisas relativas e que lembram as mulheres são postas a partir de uma ideia de inferioridade.

Desse modo entendemos então que o gênero é constructo do sexo, pois as normas sociais são definidas a partir dos gêneros e não dos sexos, pois “Análises mais contemporâneas têm introduzido argumentos pela reivindicação de que gênero constrói sexo” (LUGONES, 2014, p. 937). Isso ocorre, pois na visão de Lugones, sexo precisa ser visto separadamente do gênero, enquanto quando na realidade isso não ocorre, e os dois são caracterizados de forma imbricada.

Ao pensar então sobre o gênero e a colonialidade, Lugones então propõe a ideia de que a mulher não foi nem colonizada, pois em si mesma ela não era considerada um ser em sua completude, mas apenas uma parte, e por conta disso, não recebia sequer o papel subalterno em que ela é/era colocada.

Dessa maneira, Lugones então nos faz refletir sobre a questão da resistência, e de como que os estudos decoloniais podem contribuir para esse processo emancipador de resistência que persistem até os dias atuais por meio da colonialidade. A infrapolítica (LUGONES, 2008) então é um movimento necessário de reflexão de fora pra dentro, que marca essa ideia de desconstruir

e reconstruir a partir da ideia da minha posição social enquanto sujeito/a na sociedade, marcado/a pelas normativas de gêneros binárias (LUGONES, 2008).

Entretanto, é necessário voltar também para algumas críticas que são tecidas fortemente a maneira como alguns teóricos lidam com o gênero a partir da ideia da colonialidade, pois são postas por meio de visões naturalistas, como se o gênero fosse imbricadamente ligado ao sexo e dado no nascimento, o que nós não corroboramos com essa ideia (BENTO, 2011).

Entendemos que o gênero e o sexo são construções sociais que recebem fortes influências das sociedades ao qual são constituídos, e, portanto, possuem diferentes características formativas, e diferentes entendimentos dependendo da ótica que se entendem (BENTO, 2011).

Pensar então que o gênero é uma constituição ocidental e moderna é necessário para compreendermos como a sua utilização é instrumento da colonialidade para dominação e controle, corroboramos então com a pergunta de Gomes (2018, p. 70) “Por isso, portanto, talvez nossa pergunta de início deva ser: mas será que todas fazemos gênero? Não seria o gênero uma categoria moderna e ocidental?”.

Sendo assim, então para pensarmos no gênero a partir da ideia decolonial é necessário entender que a colonialidade por meio da interseccionalidade de raça impõe subalternizações, e nesse sentido compreender como que essas duas lógicas categoriais (LUGONES, 2008) se estabelecem de forma intercambiadas.

Dito isto, pensamos agora, como a AD pode então participar do debate e do diálogo dessas questões a partir da ideia da colonialidade. Ademais que as duas abordagens teórico/metodológicas partem da premissa de entender como ocorrem os processos de exploração e classificação social dos sujeitos, por meio das suas diferentes perspectivas (MUNIZ; VEDOVATO, 2020).

Dessa forma, as duas abordagens buscam uma superação dentro das ciências sociais de um processo positivista de dominação e de controle, que não leva em consideração as especificidades, contextos e realidades das pessoas que são aquelas sujeitas das pesquisas.

Em consonância a isso, existe um movimento de resgate e compreensão do passado e de como as marcas desse passado trazem influências e impactos para o presente, e para a história construída atualmente, a decolonialidade busca então compreender como que os resquícios coloniais continuam engendrados na sociedade, e a AD como os discursos produzidos são frutos desse passado, e fazem parte dessa constituição histórica.

Outro ponto de aproximação das duas abordagens é a noção de que as pessoas estão dentro de um sistema e não tem como fugir a ele, pois fazem parte da construção histórica,

como Muniz e Vedovato (2020, p. 123) nos dizem “o sujeito não tem condições de escolher estar dentro ou fora da ideologia, sendo interpelado por ela e assujeitado a uma conjuntura”.

Entretanto, nesse ponto também é importante destacar o papel da decolonialidade, que busca trazer o local de fala, da experiência vivida do/a sujeito/a que experiencia as violências coloniais, para que eles/as falem, pois a partir do seu local é que tem a propriedade real de dialogar e discutir sobre isso.

Corroborando ao local de fala, temos a Formação Discursiva – FD, dentro da AD, que buscam trazer as experiências investigadas, proporcionando o protagonismo dos/as sujeitos/as que são pesquisados/as, e, portanto, são as pessoas que necessariamente devem ter suas falas e suas experiências partilhadas e respeitadas perante todos os estudos e lógicas epistêmicas. Para explicitar melhor sobre isso, o conceito de FD

[...] está, diretamente, associado ao lugar discursivo de onde os sujeitos enunciam, determinando o que pode ou não ser dito. Chega-se, assim, à chamada posição discursiva, ocupada pelo sujeito que não enuncia somente de um lugar, mas a partir dos diversos discursos que o alcançaram ao longo de sua existência. (MUNIZ; VEDOVATO, 2020, p. 124)

Então o local em que o discurso é dito, é consequência do contexto em que ele é produzido, a partir das experiências pessoais de cada pessoa e cada sujeita, nesse sentido a posição discursiva se estabelece por meio desse local de fala, e de como esse discurso é produzido.

Dessa forma, nos aproximamos mais da AD a partir de Michel Pêcheux, sobretudo de seus estudos depois de 1975, para compreendermos como as produções dos discursos são carregadas e envoltas em ideologias que normatizam os corpos, a partir das questões referentes aos gêneros e sexualidades (CASSANA, 2018).

Em consonância a isso, somente a partir do século XX, dos estudos de Freud e demais pesquisadores, que se começa a “compreender que a linguagem significa no corpo e através do corpo, revelando a noção de sujeito como categoria de análise” (CASSANA, 2018, p. 57), e nesse processo que o corpo ganha então destaque e centralidade para os estudos e análises sobre as constituições sociais da sociedade.

Nesse movimento, entende-se então que o gênero e a sexualidade são construídos a partir dessa ideia da linguagem, corroborando com a discussão empreendida nos estudos decoloniais por Lugones (2014), os dois então são construídos socialmente e culturalmente a partir de ideológicos vigentes em cada sociedade e período histórico, por meio das ideologias e dos discursos produzidos dentro das mesmas.

Assim, de acordo com a AD não há sentido pronto e acabado, assim como, para as teorias de gênero não há gênero pronto e acabado. Gênero passa a ser tomado como uma questão de sentido, isto é, como algo que significa dentro e a partir de um dado discurso, e através do qual podemos pensar os processos de resistência dos sujeitos. Da afetação entre essas duas teorias, propomos um trajeto teórico de reflexão sobre o funcionamento lógico que é imposto pelo discurso dominante. (CASSANA, 2018, p. 59)

Em consonância a ideia de Cassana (2018), compreendemos também o debate sobre gênero intimamente ligado a AD, pois trabalham a partir da ideia de fluidez, de que nem o discurso e muito menos o gênero são construídos e dados e assim encerrados, mas se modificam e são modificados ao longo das relações sociais e dos intercambiamentos que ocorrem entre as pessoas por meio das culturas e das mudanças políticas/culturais.

Pensando a partir disso, é necessário entender que os sujeitos e, portanto, seus discursos são produzidos em determinados contextos e momentos históricos, e que isso vai respaldar e influenciar naquilo que é dito e como é dito, da mesma forma como o gênero também recebe essa constituição histórica.

Nesse movimento, a sexualidade também é alvo das ideologias e das produções dos discursos normativos, por meio das classificações do que é considerado normal, e do que não é, do que deve ser validado como natural, e do que não deve ser. Pensando então nas conjunturas que vivemos, a heterossexualidade é dada como natural, como aquela única que deve ser valorizada, enquanto as demais sexualidades são postas como anormais, como excluídas, que devem ser e são subalternizadas (CASSANA, 2018).

Indo ao encontro desse processo, a contrassexualidade (PRECIADO, 2014) é importante para entendermos como os discursos são binários (masculino/feminino, macho/fêmea, heterossexual/homossexual), e como podemos transgredir a essas binaridades que são impostas e tidas como únicas, e ao qual apenas uma delas, no caso específico da sexualidade é vista como a principal, natural, e que deve ser “seguida” por todas as sociedades, partindo dos discursos hegemônicos engendrados pelas classes que estão em dominância.

Ao fim, compreendemos então que o debate dessas duas questões de gêneros e sexualidades, a partir da decolonialidade e da AD são necessárias para entender as construções a partir da historicidade, localização geográfica, e das influências coloniais que permitiram que determinados discursos fossem produzidos e reproduzidos, mas ao mesmo tempo, possibilitando a ideia de que esses discursos não são e nem devem ser totalitários e únicos, pois são estabelecidos a partir das relações sociais.

Nossa aproximação com a educação, parte da ideia do currículo enquanto produção viva das escolas. Mas ao mesmo tempo, também compreendemos que ele é reprodução de discursos hegemônicos de dominação, que visam a normatização das pessoas a partir de ideologias que trazem padronizações e controles sociais para determinadas ideias vigentes.

Os currículos trazem narrativas hegemônicas (APPLE, 1989), e uma “educação que continua sendo “enviada” por esta narrativa hegemônica, se esconde por traz de uma desculpa de universalidade dos conhecimentos que professa a partir de suas metodologias” (MARTINS, 2004, p. 31 -32), livros, conteúdos apresentam apenas um “lado da história”, nos constroem discursos que “nublam” nossa visão, e impedem que as crianças desenvolvam sua criticidade para além daquilo que lhe é apresentadas, e isso decorre em construções sociais normativas e padronizadoras, pois esses currículos não apenas ignoram as diferenças, mas as condenam e rejeitam completamente.

A diferenciação dos corpos e hierarquização ocorre a partir desses currículos, das relações que os/as sujeitos/as educativos possuem nos espaços, de forma que são governados/as, e que acontecem a exclusão e segregação (BENTO, 2011). Ao mesmo tempo que o currículo regula contribuindo para a formação integral das pessoas, ele também reprime, controlando tudo e todos/as aqueles/as que fogem das normativas socialmente estabelecidas e reproduzidas.

Partindo então dessa premissa, as possibilidades de um currículo que valorize as diferenças são reais, de um currículo que possa trabalhar com as diferenças, a partir da valorização das identidades individuais. Pois a partir dessa desconstrução e ressignificação, ocorrerá o processo de destruição desses discursos e de reconstrução coletiva por meio do diálogo e das experiências vividas e encarnadas.

Então torna-se necessário refletir sobre como é importante buscarmos formas e possibilidades de desconstrução desses espaços e do currículo enquanto principal “instrumento” de opressão e reprodução (SACRISTÁN, 2013), para que assim o currículo torne-se não mais um local de repressão mais de representação e construção de sonhos (PARAÍSO, 2015).

Ao pensarmos então nisso, devemos compreender que para nosso campo de estudo de gêneros e sexualidades, o currículo é historicamente um local de normatização binária, que coloca em caixinhas as pessoas dentro dos gêneros masculino e feminino, como se eles fossem imutáveis e únicos (PARAÍSO, 2015).

Sendo assim, é necessário que esses discursos produzidos dentro desses currículos possam ser desconstruídos, por isso propomos o uso da decolonialidade e da AD como campos teórico/metodológicos que podem contribuir nesse processo, principalmente ao pensarmos que

os discursos e os currículos são produzidos a partir de contextos histórico/políticos/sociais, e, portanto, são alterados ao longo do tempo, e são modificados pelas construções daqueles que estão como a classe dominante.

Em vista disso, resgatamos a ideia da linguística, que os discursos são produzidos de forma conservadora, e trazem consigo marcas de exclusão dos períodos históricos, em nosso caso para as pessoas que fogem aos padrões sociais estabelecidos de gêneros e sexualidades. Um exemplo claro, é o citado por Cassana (2018) em seu artigo, que apresenta uma reflexão sobre as mulheres barbadas que eram no passado exploradas como monstros humanos e apresentadas em circos como atrações, e as pessoas ficavam se questionando se eram “Homens ou mulheres”, “Eles ou Elas”, isso é um claro fato da transgressão as normativas sociais vigentes das binaridades.

Pensando através desse exemplo, percebemos como os discursos são tradicionais, e julgam e excluem, mas para além disso, as vezes violentam pessoas que não se encaixam aos padrões considerados normais, ou mesmo naturais (BENTO, 2011). Ao refletir sobre as violências que pessoas trans sofrem atualmente no Brasil, podemos também entender como existe um incomodo, como a presença de pessoas que não respondem aos estereótipos quebram os discursos, transgridem, e em consequência a isso, devem ser eliminadas.

Esse momento demonstra como os discursos são produzidos a partir de determina lógica ideológico que trazem e colocam essas pessoas como anormais, abjetas (PARAÍSO, 2015), como aquelas foram dos padrões e que não merecem respeito ou qualquer direito dentro da sociedade.

Apesar desse discurso ser produzido dessa forma, também “Entendemos que o discurso conservador não é determinante na formação do sujeito, por isso não é acachapante, sendo possível tais sujeitos mostrarem-se através de lacunas no discurso” (CASSANA, 2018, p. 62), e isso corrobora com a ideia da decolonialidade de transgressão e desconstrução dos discursos produzidos a partir das violências coloniais remanescentes. Além disso, a AD então nos permite compreender o contexto que esse discurso foi produzido, possibilitando a compreensão de como foi e para quê, podendo assim alcançar sua superação.

A FD, é o conceito que permite regular e entender como as pessoas são assujeitadas e interpeladas pelas ideologias que estão sendo produzidas e reproduzidas em seus contextos, e dessa forma, é que podemos compreender como a conjuntura histórica pode nos dar indícios de como esses discursos são produzidos e como os mesmos então posteriormente podem ser superados (BRANDÃO, 2004).

Sendo assim, a FD é heterogênea, pois nenhuma língua ou linguagem é única ou igual para todos/as (BRANDÃO, 2004), ademais, que cada contexto e relações sociais provocam modificações, reproduções ou transgressões dessa língua, pois a partir disso é que são formados os discursos e seus contextos.

Corroborando a isso, é necessário entender também a partir da visão da decolonialidade, e do sistema moderno/colonial (LUGONES, 2008) de como os discursos são produzidos a partir de determinada lógica, no caso, uma lógica patriarcal, de dimorfismo de gênero, e classificação racial e gênero a partir de uma ideia heterossexual (LUGONES, 2008).

O sistema de poder abarca as mais diversas esferas, pensando então que a Colonialidade atravessa, o ser, o poder e o saber (WALSH, 2005), e nesse sentido atravessa as escolas e as produções dos currículos, impactando e influenciando como os mesmos são reproduzidos.

Mas então, ao pensar assim, e respaldando-nos nos enfoques que vemos discutindo até aqui, os currículos são espaços não só de reprodução, mas de produção e transgressão dos discursos hegemônicos, pensando que esse processo passa pelo autoconhecimento do que é feito e produzido, para que possamos entender como foi construído e assim possibilitar transgredir esses discursos, e supera-los, pois é importante entender os contextos dessas produções e o porquê delas ocorrerem para que não se repitam, e assim as pessoas que por ela são assujeitadas, possam alcançar uma libertação.

Apontamentos finais

Ao final de nosso trabalho, fica claro o ganho epistemológico de se trabalhar ao mesmo tempo com a AD e a decolonialidade, pois os dois enfoques nos permitem refletir sobre os contextos e sobre os próprios discursos e suas produções coloniais. E sendo assim, possibilita reflexões importantes no campo dos estudos de gêneros e sexualidades.

Nosso objetivo foi apresentar possibilidades e limites de reflexões ao utilizar a análise do discurso e decolonialidade para refletir sobre o debate de gêneros e sexualidades nos currículos, e acreditamos ter compreendido que os limites são bem menores comparados as possibilidades de dialogar com as duas perspectivas, que em determinados pontos convergem bastante para a compreensão da formação dos discursos dos/as sujeitos/as e os contextos que são produzidos.

O currículo apesar de ser um reprodutor de narrativas hegemônicas, também é um espaço de transgressão, e nesse sentido é possível superar esses discursos por meio da compreensão de produção dos mesmos, através da AD e da decolonialidade, que possibilitam indícios de como eles foram constituídos e perpetuados como únicos, imutáveis e inexoráveis.

Referências

- APPLE, Michael. **Educação e Poder**. Tradução de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2011, v. 19, n. 2, pp. 549-559. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à análise do discurso**. 4ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- CASSANA, Mônica Ferreira. Língua, discurso e gênero: uma análise em contraponto. **Travessias**, Cascavel, v. 12, n. 4, p. 55–68, 2018. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/20937>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 65-82, 13 abr. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrio.br/ojs/index.php/civitas/article/view/28209>. Acesso em: 15. Fev. 2022.
- LUGONES, María. “Colonialidad y género”. **Tabula Rasa**, Bogotá, Colombia, n. 9, p. 73-101, jul./dic. 2008.
- LUGONES, María. “Rumo a um feminismo descolonial”. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez., 2014.
- MARTINS, Josemar, Anotações em torno do conceito de Educação para Convivência com o Semi-Árido. In: **Educação para a convivência com o Semi-Árido Brasileiro: reflexões teórico práticas**. Bahia: Juazeiro: Selo Editorial RESAB, 2004.
- MUNIZ, Cláudia Maria Serino Lacerda; VEDOVATO, Luciana. A Análise de Discurso, pecheutiana, na Teoria (De)colonial: por perspectivas, metodológicas, latino-americanas. **TEMPO DA CIÊNCIA**, Toledo, v. 27, n. 53, 2020, p. 117-128. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/25933>. Acesso em: 14. Fev. 2022.
- NOGUEIRA, Conceição. A análise do discurso. Em L. Almeida e E. Fernandes (Edts), **Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a pratica e investigação**. Braga: CEEP Centro de Estudos Educação e Psicologia, 2001. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4355>. Acesso em: 14. Fev. 2022.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo e relações de gênero: entre o que se ensina e o que se pode aprender. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 206-237, jan./abr. 2016.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. Um currículo entre formas e forças. **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 49-58, jan.-abr. 2015.
- PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, p. 72 – 117, 2010.
- SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre, Penso, 2013. p. 17-37.
- WALSH, Catherine. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial**. Reflexiones latinoamericanas. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005. 297 p.